



APRESENTAÇÃO

A ideia deste dossiê nasceu no curso "Walter Benjamin: experiência, mediação pelas novas tecnologias e surgimento do novo", ministrado pelo Prof. Dr. Bernhard Johann Fichtner, da Universidade de Siegen, na Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), que problematizou educação, arte, história, infância e Pedagogia Social. Posteriormente, essa ideia do dossiê se ampliou com a articulação com o Grupo de Pesquisa da Infância do Prof. Dr. Fábio Andrade, da Universidade Federal de Rondônia (Unir).

Esses esforços têm nos permitido a construção de uma rede de pesquisa nacional e internacional composta por pesquisadores de diferentes instituições.

Desde 2017, as ações dessa construção da rede de pesquisa firmaram parcerias nacionais e internacionais entre a UPM com pesquisadores da Unir e um conjunto de pesquisadores de instituições públicas e privadas, e pesquisadores da Universidade de Siegen e da Alanus University of Arts and Social Sciences, da Alemanha.

Entre as relações estabelecidas, destacam-se cursos, colóquios, projetos de pesquisas e publicações em periódicos para divulgação e renovação dos conhecimentos produzidos. Cabe aqui uma ênfase ao projeto de pesquisa "Lidando com novos espaços: crianças e adolescentes na apropriação do complexo arquitetônico do Centro Educacional Unificado – CEU Butantã (SP, Brasil)", financiado pelo Fundo Mackenzie de Pesquisa (MackPesquisa), que buscou investigar práticas, formas de apropriação, socialização e convivência da infância e da juventude nesse espaço.

Em 2018, fizemos a proposta da escrita de um dossiê que tematizasse um pouco dessas pesquisas e articulações. Definimos como título do dossiê "A infância e seus múltiplos lugares. A modernidade em Walter Benjamin: pensamentos e conceitos".

A proposta se fez imperativa na medida em que os campos de estudo da Pedagogia Social e da História Cultural se adensaram em diferentes debates de natureza teórico-metodológicas, categorias analíticas e conceitos.

Os artigos que compõem este dossiê vislumbram indagações do "tempo presente", desvendam silêncios e possibilitam construções de "outras histórias".

O pensar a infância instantaneamente nos remete ao mundo da criança, em que o cuidado, a brincadeira e a educação se tornam fundamentos do desenvolvimento físico e mental. Na trilha de compreensão da infância, podemos ver o mundo fora de sua fôrma e de sua forma, deslocando-nos para o não lugar.

O mundo da infância nos permite sensações clandestinas, não legalizadas. Atravessa-nos pela inventividade, pelas profanações, pelos encontros, pelos desencontros, pelas experiências, pela humanização, pela infância. É pela infância que se promove a possibilidade de continuidade com o mundo ou, como destaca Arendt (2009, p. 247), é "pelo nascimento que esse mundo constantemente se renova", pois, sem a infância, sem a abertura do novo, do imprevisto, do inesperado, o mundo entraria numa inevitável ruína.

Quando buscamos a infância na história do Brasil, deparamo-nos com a dificuldade de compreensão do tema, tendo em vista a carência de fontes que tratam da infância, principalmente da mais pobre: "Se a documentação oficial pouco informa sobre a mulher, quase esquecida, a criança é mencionada apenas marginalmente, e somente quando se torna coadjuvante ou participe em uma ação" (SCARANO, 2004, p. 107).

Historicamente a infância foi construída "a partir de um processo de longa duração que lhe atribuiu um estatuto social e que elaborou as bases ideológicas, normativas e referenciais do seu lugar na sociedade" (SARMENTO, 2005, p. 365). A infância é um lugar de múltiplas dimensões e de constantes mudanças provocadas pelo tempo e pelo espaço, mas ficou limitada à classificação de adultos em miniatura. De acordo com Redin (2007, p. 15), a infância era concebida como espaço de "insignificância, como um tempo de aprender para ser logo adulto civilizado [...]. Na mentalidade da maioria dos adultos a criança é um ser que pouco ou nada tem a dizer". Toda a discussão sobre a infância e seus múltiplos lugares pertence ao Brasil contemporâneo. Historicamente a discussão sobre infância se moldou aos tempos e espaços, sendo influenciada por fatores políticos, econômicos, sociais, religiosos, dando à criança a imagem da insignificância e de adulto em formação. Esse comportamento que apenas intensificou o sofrimento das mais pobres.

Compreendendo a infância como uma fase da vida em que o desenvolvimento humano se acentua, faz-se necessária a ampliação da discussão sobre os espaços positivos para o desenvolvimento saudável e humanizado que respeitem as peculiaridades próprias de cada idade. Viver a infância significa ser criança, brincar, viver, aprender, educar e ser educada.

No entanto, em caminho inverso, a infância no Brasil foi marcada por crueldades inimagináveis geradas nas famílias, nas escolas, nos grupos sociais, nas igrejas e nos espaços públicos. O contexto político e social brasileiro, envolvendo as crianças e os adolescentes, só começou a ser modificado no final da década de 1980, quando o país passou por um processo de "redemocratização", em que a sociedade civil e principalmente os movimentos sociais se mobilizaram na defesa da igualdade e da garantia de direitos. Com base nessa mobilização, surgiu a Constituição brasileira de 1988, cujo artigo 227 estabelece o princípio da defesa e garantia de direitos de todas as crianças e todos os adolescentes, sem quaisquer distinções. Foi a partir desse artigo que se originou, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considerado, mundialmente, uma das mais modernas leis direcionadas à questão da criança e do adolescente, servindo de referência para vários países. O ECA con-

siste num instrumento de reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de saberes, direitos e deveres, independentemente de sua condição social, cultural ou econômica, retomando a reflexão sobre a infância e seu tempo.

Com a criação do ECA, extinguiu-se a Doutrina de Situação Irregular, e as crianças passaram a ser incluídas na Doutrina da Proteção Integral, deixaram de ser adultos em miniatura, tornaram-se crianças e adolescentes, tiveram suas idades e fases de desenvolvimento respeitadas e ganharam prioridade absoluta nos atendimentos públicos. Criança passou a ter, teoricamente, o direito de brincar, de estudar, de ter saúde, de ter alimentação, de viver!

Nos dias atuais, mesmo com a vigência do ECA, que ampliou e definiu os compromissos da família, da comunidade e do poder público para com os direitos da criança e do adolescente, garantindo-lhes os mesmos direitos que têm os adultos e mais os direitos especiais aplicáveis a cada idade, muitos ainda convivem com a privação dos seus direitos básicos, com a intolerância, com o racismo, com a negligência do Estado e com outras formas de violência.

Precisamos nos identificar com as crianças sem tirar sua individualidade, e buscar com elas respostas "para suas inquietações do existir no mundo. Fazendo a história com a criança. Isto pressupõe [...] ceder a participação nas decisões de todas as situações do processo educativo" (FREIRE, 1989, p. 13). Também é preciso

[...] conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais, reconhecê-las como produtoras da história. Torna-se difícil afirmar que uma determinada criança teve ou não infância. Seria melhor perguntar como é, ou como foi, sua infância (KUHLMANN, 1998, p. 31).

Num Estado democrático e humanizado, crianças e adolescentes necessitam de atividades e lugares que respeitem suas diferenças, suas culturas e seus saberes, que valorizem a educação de qualidade e a garantia de direitos. Nesse contexto, as pesquisas científicas assumem o importante papel de PENSAR a infância e seus múltiplos lugares de vivência e sociabilidade, refletindo sobre possibilidades de efetivação da garantia dos direitos.

Ao pensarmos num dossiê sobre "A infância e seus múltiplos lugares", buscamos interperlar a diversidade dos espaços ocupados pelas crianças, a partir do diálogo com Paulo Freire e Walter Benjamin, reconhecendo e compreendendo os significados e significantes sobre ser e viver a infância. Compreendemos que a infância

[...] existe enquanto um espaço social para receber qualquer criança nascida e para incluí-la – para o que der e vier – por todo o período da sua infância. Quando essa criança crescer e se tornar um adulto, a sua infância terá chegado ao fim, mas enquanto categoria a infância não desaparece, ao contrário, continua a existir para receber novas gerações de crianças (QVORTRUP, 2010, p. 637).

Nessa trama, o dossiê buscou provocar pesquisadores e pesquisadoras a pensar a infância e suas rupturas, seus lugares e não lugares, seu mundo visível e invisível. Para tanto, foram selecionados 13 artigos que se dedicam ao pensamento sobre a infância e seus múltiplos lugares.

O primeiro artigo, "Violência e poder na formação social: é possível outro caminho?", dos autores Rosana Maria Pires Barbato Schwartz, Roseli Trevisan Marques de Souza, José Paulo Fernandes Jr. e Leandro Rocha dos Santos, apresenta o pensamento de Walter Benjamin no que concerne às realidades sociais impregnadas de violência física e simbólica que comumente são validadas no âmbito legal de contextos autoritários.

O segundo artigo, "Encontros e desencontros na passagem da educação infantil para o ensino fundamental", apresentado pelas autoras Kelen Galvão e Filomena Maria Arruda de Monteiro, analisa a passagem das crianças da educação infantil para o ensino fundamental, objetivando expandir a compreensão dos conceitos de infância e criança, entre outros referenciados pela educação infantil para o ensino fundamental.

O artigo "A dimensão pedagógica do cinema negro e a autoestima para o desenvolvimento da criança na escolaridade", dos autores Celso Luiz Prudente e Silvana dos Santos Costa Oliveira, trata da importância do cinema negro no processo educativo das crianças, rompendo com a violência e promovendo a autoestima.

O quarto artigo, "As festas juninas em tempo de pandemia: interação e brincadeiras na educação infantil", das autoras Nadia Rockenback, Rosemary Gonçalves de Oliveira e Elaine Teresinha Dal Mas Dias, traz uma reflexão sobre as atividades práticas alinhadas aos eixos integradores interação e brincadeiras inerentes às festas juninas na educação infantil, em tempo de pandemia.

O quinto artigo, intitulado "A prática de contação de história: unidade didática para o desenvolvimento da linguagem da criança surda", de Jessica Ferreira de Carvalho e Fernanda Beatriz Caricari de Moraes, apresenta uma proposta de contação de história na educação infantil, buscando refletir como essa proposta pode contribuir para o desenvolvimento da linguagem a partir da aquisição da língua materna (Libras) em crianças surdas.

No sexto artigo, intitulado "Walter Benjamin, infâncias e a Pedagogia Social: experiências sociopedagógicas desenvolvidas nos Centros de Educação Infantil do Bompar", dos autores Leandro Alves Lopes e Maria Stela Santos Graciani, apresenta experiências sociopedagógicas desenvolvidas em 18 unidades de educação infantil.

No sétimo artigo, "Alguns apontamentos sobre a cultura da infância em Walter Benjamin", os autores Álvaro da Cruz Picanço Junior, Janaina da Silva Gonçalves Fernandes e Matheus Henrique Pinheiro Ribeiro concentraram-se na abordagem e na percepção de Walter Benjamin sobre a "cultura da criança" ante a "cultura do adulto", como caminho para o pensar sobre um processo educacional mais humanizado e mais focado na observação da criança.

O oitavo artigo, "Brincadeira de criança e ciências por investigação na educação infantil", dos autores Maria Candida Varone de Moraes Capecchi, Orlando Coelho Barbosa e Vera

Maria de Lima Silva, apresenta resultados de uma pesquisa que investigou as possibilidades de aprendizagem de aspectos da cultura científica na educação infantil, a partir do interesse das crianças pelas brincadeiras.

O nono, "Comunicação do binômio indissociável na escola: educação e saúde", dos autores Neudson Johnson Martinho, Celso Luiz Prudente e Dacirlene Célia Silva, apresenta resultados do projeto de extensão com interface na pesquisa: "Diálogo e práxis: inovando práticas pedagógicas em educação em saúde nas escolas", que contribuiu para legitimar, entre os professores e gestores das escolas municipais e acadêmicos da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), que a educação e a saúde são fenômenos e necessidades sociais complementares e interdependentes.

O décimo artigo, intitulado "Brincadeiras infantis como espaços de invenção do tempo de vida que nomeamos infância", das autoras Renata Aparecida Carbone Mizusaki e Cleomar Ferreira Gomes, apresenta como as crianças, por meio de suas brincadeiras, constroem sua existência social e cultural, (re)fazendo a grafia do cotidiano de modo inventivo e singular.

No décimo primeiro artigo, "O direito às culturas da infância: indicadores no Currículo Municipal de São Caetano do Sul", os autores Sérgio Oliveira dos Santos, Milene Valentir Ugliara, Raquel Romano Correa e Patrícia Aparecida David observam e analisam os indicadores no documento do Currículo Municipal de São Caetano do Sul que tratam direta ou indiretamente do direito às culturas da infância.

O penúltimo artigo, "(In)definições criativas: a criatividade e o ser-ao-mundo", de Fábio Botelho Josgrilberg, explora definições sobre criatividade e destaca a dimensão social do ato criativo individual como experiências do ser-ao-mundo (*être-au-monde*).

O último artigo, "A invisibilidade da criança e do adolescente em situação de rua denunciada em cartuns", dos autores Juçara Zanoni do Nascimento e Fábio Santos de Andrade, faz uma reflexão sobre o cotidiano das crianças e dos adolescentes em situação de rua representado em cartuns, comumente compartilhados em mídias sociais e que objetivam denunciar a invisibilidade e a violência.

Agradecemos às pesquisadoras e aos pesquisadores que contribuíram para a composição deste dossiê e desejamos a todas e todos uma boa leitura!

Prof. Dr. Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Rondônia (Unir)

Profa. Dra. Rosana Maria Pires Barbato Schwartz
Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)

Prof. Dr. Bernhard Johann Fichtner
Universidade de Siegen

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990.
- FREIRE, P. *Educadores de rua: uma abordagem crítica: alternativas de atendimento aos meninos de rua*. São Paulo: Unicef, 1989.
- KUHLMANN, M. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- QVORTRUP, J. A infância enquanto categoria estrutural. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 631-643, maio/ago. 2010.
- REDIN, M. M. Sobre as crianças, a infância e as práticas escolares. In: REDIN, E.; MULLER, F.; REDIN, M. M. (org.). *Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças*. Porto Alegre: Mediação, 2007.
- SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago. 2005.
- SCARANO, J. Crianças esquecidas das Minas Gerais. In: DEL PRIORE, M. (org.). *História das crianças no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.